

## 6. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo

*Angela de Castro Gomes\**

As últimas décadas do século XX assistiram a uma retomada, em novas bases teórico-metodológicas, dos estudos sobre regimes autoritários no Brasil, na América Latina e no mundo. Certamente isso se deveu à multiplicação e à variedade de experiências de autoritarismo ocorridas em todos os continentes, nesse mesmo período, bem como aos desafios de suas *transições* para regimes democráticos ou nem tão democráticos assim. De qualquer forma, a questão do autoritarismo (e da democracia) se impôs aos historiadores e cientistas sociais em termos muito mais complexos, que extrapolavam as explicações em boa parte simplistas sobre a ascensão e queda desses regimes. Explicações, ou melhor, interpretações que se fundavam em modelos dualistas de análise muito compartilhados desde o pós-Segunda Guerra Mundial, orientados pela chamada “teoria da modernização”. Assim, em geral, trabalhavam com a dicotomia Estado e sociedade civil, identificando na força repressiva e no poder de manipulação do primeiro as “causas” da submissão (por passividade, ignorância etc.) da segunda. É esse tipo de análise que será criticado e progressivamente abandonado.

Essa revisão historiográfica alterou de forma substancial certa matriz de pensar as relações de dominação, propondo uma nova perspectiva, que

---

\* Professora Titular do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e Professora Emérita da Fundação Getúlio Vargas.

sofisticava a dinâmica política existente nas relações entre dominantes e dominados e, igualmente, entre Estado e sociedade civil. De forma muito esquemática, porém não equivocada, por essa nova dinâmica sociopolítica, não existiam atores, individuais ou coletivos, passivos e/ou sem consciência. Nesse sentido, era necessário considerar as relações de poder de forma ampliada, com uma imensa variedade de possibilidades de interação entre atores que, mesmo dispondo de recursos de poder muito diferenciados, são sempre considerados participantes da política e sujeitos de suas ações. A força e o impacto dessa revisão chegaram com proveito à historiografia brasileira, renovando temas clássicos, entre os quais, os estudos sobre escravidão e, no que interessa a este capítulo, sobre as experiências autoritárias do Brasil. Embora seja compreensível e até desejável que, nas pesquisas elaboradas nas últimas décadas, o período do regime civil-militar, implantado em 1964, tenha recebido grande atenção, os anos do Estado Novo nunca abandonaram o horizonte dos historiadores, até porque essas duas experiências autoritárias mantêm conexões de diversos tipos.

Os oito anos do Estado Novo (1937-1945) constituem um dos períodos mais densos de nossa história republicana – sob aspecto político, econômico ou cultural –, tanto pelas transformações que então ocorreram, como pelas continuidades e ambiguidades também vivenciadas. É possível dizer, por exemplo, que se o autoritarismo é um elemento constitutivo da cultura política da sociedade brasileira do pós-1930, isso se deve em muito, embora não exclusivamente, à experiência estado-novista. O Estado Novo foi, sem dúvida, um momento privilegiado no enfrentamento de algumas das questões que vinham sendo diagnosticadas por políticos e intelectuais (e as duas coisas ao mesmo tempo), durante a Primeira República e o pós-1930. Em seus oito anos de duração, o país experimentou um conjunto diversificado de novas políticas públicas, tributárias do avanço do intervencionismo estatal, algumas vezes contraditórias entre si, mas que conviveram e disputaram espaço no aparato estatal. Além do mais, vale lembrar que tudo isso aconteceu em um contexto internacional extremamente tenso, porque assinalado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O que se pretende neste capítulo é apontar alguns dos temas e problemas que, ao longo do tempo, marcaram os estudos acadêmicos sobre o Estado Novo, especialmente quando envolveram debates que contribuíram para

o enriquecimento da historiografia sobre o período.<sup>1</sup> Portanto, as escolhas realizadas se orientaram por duas dimensões principais – a historiográfica e a política –, tendo como um dos objetivos principais realizar uma reflexão sobre as categorias usadas com frequência e sem muita crítica para identificar e analisar as características desse período. Entre elas, destacam-se a de autoritarismo e populismo, que ganharam grande trânsito na sociedade e na academia a partir dos anos 1950, embora tenham sido, desde os anos 1980, alvo de muitas discussões, relacionadas, aliás, às transformações historiográficas anteriormente referidas. Contudo, antes de examiná-las, outro conjunto de palavras, nada ingênuo, deve ser observado com cuidado. Trata-se de um vocabulário que envolve designações construídas durante o próprio Estado Novo, tendo em vista afirmar seu poder de transformação/modernização da sociedade brasileira em face do passado republicano anterior, que se queria desqualificar como um equívoco e um fracasso total.

#### Construindo o tempo: o Estado Novo, seu passado e seu futuro

Embora a bibliografia sobre o Estado Novo tenha crescido e se refinado, ainda é comum o compartilhamento de uma visão que atribui a esses oito anos uma grande unidade e estabilidade política. Ou seja, persiste na História do Brasil (embora cada vez com menos ênfase) um tipo de periodização que toma como um bloco coeso o espaço de tempo que vai de 1930 a 1945, nele situando o Estado Novo como a “consagração dos ideais da Revolução de 1930”. Nessa perspectiva, sugestivamente construída durante os anos 1930, o Estado Novo é um “resultado natural” ou o “desdobramento mais bem acabado” da chamada Revolução de 1930, esta, sim, um acontecimento que, rompendo com a experiência da República implantada pela Constituição de 1891, inaugurara um novo tempo na História do Brasil.<sup>2</sup>

Em outros termos, trata-se de uma interpretação do Estado Novo que mantém vínculos profundos com as propostas dos mais importantes ideólogos do próprio período, que desejavam demarcar “a” Revolução de 1930 como o início do projeto estado-novista. Ou seja, nessa perspectiva, os anos decorridos entre 1930 e 1937 significam uma espécie de desvio ou lapso de tempo na consecução de um projeto, que deveria ser implementado.

Autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros consideraram e propalaram que os anos de 1930-1940 constituíam um momento histórico absolutamente estratégico para o país. A Revolução de 1930 não só assinalava a “origem” do que iria acontecer sete anos depois, como demarcava um novo ponto de partida para toda a História do Brasil. Ela (a revolução) e ele (o Estado Novo) rompiam, definitivamente, tanto com os “erros” da Primeira República, liberal, oligárquica, fraca, inepta; como estabeleciam um redescobrimto do Brasil, recriando, sob os auspícios de um Estado forte e moderno, a nação e o povo brasileiros. Enfim, por meio dessa interpretação nasciam um Estado “Novo”, uma República “Velha” e uma “outra” história para o Brasil que, a partir dos anos 1930, finalmente se direcionava para seu grande futuro. Numa versão claramente teleológica e otimista da história, o Brasil tinha encontrado o caminho da modernidade. O país ia crescer e vencer seus “males” seculares, não só pela riqueza de seu território, como principalmente pelo valor de seu povo e pela “visão” de suas elites políticas, em especial, a de Getúlio Vargas.

Como se vê, nesse discurso, tudo é grande, novo e aponta para o sucesso da nacionalidade. Criticar esse tipo de periodização/interpretação pressupõe compreender melhor, de um lado, suas condições de construção e propagação, desde os anos 1930/1940, especialmente durante o Estado Novo; e de outro, demonstrar a existência de linhas de continuidade e descontinuidade com o passado da República “Velha”, do qual se queria distância no discurso, mas nem tanto na prática da política. Essa questão é crucial, já que permite chamar a atenção para a violência das lutas e dos conflitos políticos existentes nos anos 1930, bem como para a necessidade e possibilidade de arranjos e articulações que são então realizadas. Com tal entendimento, é bom ficar claro que uma das características do período que decorre de 1930 a 1945 é a existência de uma complexa e violenta disputa política, sobretudo intraelites, o que se manifesta ora de formas mais explícitas e radicais, ora mais sutis e negociadas. Em ambos os casos, contudo, havia doses de incerteza nada desprezíveis, particularmente quando o analista privilegia a perspectiva cognitiva dos diversos atores envolvidos nos acontecimentos.<sup>3</sup>

Por conseguinte, nem os anos conhecidos como os do governo provisório de Vargas, nem os do Estado Novo, são de estabilidade política, muito menos ainda devem ser considerados blocos coesos. Essa interpretação, ao esquecer

as marchas e contramarchas do período, apaga do contexto político a marca da incerteza que o dominou, minimizando conflitos acirrados e fatos cruciais como: a) uma guerra civil, que ficou conhecida como a Revolução Constitucionalista de 1932 ou como a Guerra Paulista, dependendo dos contendores; b) a experiência de uma Assembleia Nacional Constituinte, que em 1934 promulgou uma constituição inovadora em muitos aspectos, como o aumento da governabilidade do Estado em assuntos econômicos e sociais; c) a organização de movimentos políticos de massa, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Tais eventos, aliás, na leitura feita durante o Estado Novo, costumam ser incorporados como uma justificativa *a posteriori* da necessidade do golpe de 1937, na medida em que evidenciam os descaminhos do país, o que exigia uma nova ação “revolucionária”, que garantisse a retomada do percurso interrompido.

No que se refere mais especificamente ao Estado Novo, também é preciso atentar com mais cuidado para sua dinâmica interna, questionando-se a percepção de unidade e harmonia, muito ao gosto de seus ideólogos. Para tanto, o que temos proposto é uma periodização em dois tempos, procurando considerar não apenas as disputas intraelites, mas igualmente suas articulações com camadas da população brasileira.<sup>4</sup> Dessa forma, considerando-se que o Estado Novo foi um regime autoritário, com chefe civil carismático e apoio das Forças Armadas, pode ser caracterizado, até 1942, por uma estratégia política basicamente desmobilizadora e fundada na coerção, via censura e repressão. Mas, a partir daí, examinando-se um conjunto de políticas públicas – com destaque para a combinatória entre políticas sociais e de propaganda –, pode-se dizer que o Estado Novo experimenta um segundo tempo. Nele, a atenção das elites se volta para a busca de legitimidade, com a construção de bases mais amplas de apoio político, que demandam a articulação de esforços de natureza ideológica e organizacional. É dessa forma que se constrói um pacto político entre Estado e sociedade, encarnado, de um lado, na figura do presidente Vargas e, de outro, no povo brasileiro. Exatamente para ressaltar a lógica desse pacto, bem como seus desdobramentos para a história política do país, se insiste na postulação desses dois tempos, entendidos sob os signos, primeiro, de uma repressão mais aberta e, em seguida, de uma articulação entre investimentos em maior mobilização, ao lado do controle social.

Um segundo tema a destacar nesse percurso, justamente para fortalecer as ideias de imprevisibilidade e também de continuidade e descontinuidade da chamada Era Vargas, é o da intensidade e riqueza do debate intelectual ocorrido entre as décadas de 1920 e 1940. Ou seja, durante esses anos, um verdadeiro leque de projetos tomou conta do campo político e intelectual, podendo-se identificar diagnósticos e soluções fundados em diferentes alternativas políticas, tendo em vista a montagem de variados modelos de arranjos institucionais. Apesar disso e convivendo com todas essas possibilidades, o que se pode observar é o fortalecimento de matrizes políticas antiliberais que, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, ganhavam força internacionalmente. Ou seja, o paradigma liberal até então dominante sofria severas críticas, advindas de novas orientações políticas e escolas científicas. Elas se traduziam, por exemplo, pelos postulados de uma teoria elitista de fundo autoritário, que apontava as “ficcões” do modelo político liberal. Também chegavam por via de projetos de organização do Estado e da sociedade de tipo corporativo, que tinham formuladores e adeptos em diversos países europeus. Ao lado dessas propostas francamente antiliberais, havia a disseminação dos enunciados keynesianos que, embora no terreno político liberal, defendiam um intervencionismo econômico e social do Estado, até então inusitado. De forma geral, o que todas essas formulações acentuavam era a necessidade de criação de novas instituições e práticas políticas estatais (novos órgãos, instâncias decisórias e políticas públicas), como mecanismos de *start* para o estabelecimento de um “outro tipo de modernidade”. Ou seja, se havia, internacionalmente, uma enorme crítica aos procedimentos e valores políticos do liberalismo, era porque também havia um enorme esforço para a montagem de uma nova arquitetura institucional de Estado, que seria mais forte e intervencionista.

Apenas para que se tenha uma ideia do grau de compartilhamento que tais diretrizes alcançavam, vale assinalar que, segundo Hobsbawm, entre o fim da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, o número de governos constitucionais sofreu um drástico recuo em todo o mundo: nos anos 1920, eram 35; em 1938, passaram a ser 17; e, em 1944, restringiam-se a 12. Na Europa, pode-se dizer que apenas a Inglaterra não conviveu com um avanço significativo de forças políticas antiliberais e, na América, houve poucos exemplos de resistência: os Estados Unidos, o Canadá e o Uruguai estão

entre eles. Além desse indicador quantitativo, convém igualmente destacar, numa dimensão qualitativa, que as correntes antiliberais que então ganhavam força vinham da direita do espectro político e tinham características muito distintas daquelas da direita “conservadora” até então conhecida. Como a literatura que trata do tema das organizações políticas e das ideologias tem demonstrado, essa nova direita que emerge nos anos 1920-1930 advoga o uso de recursos organizacionais e a mobilização de valores e crenças de forma muito inovadora, aproximando-se mais do instrumental revolucionário utilizado pelo que então era identificado como esquerda (a despeito de sua diversidade), do que pelo que vinha sendo tradicionalmente entendido como direita.

O Brasil, por conseguinte, é apenas um dos países que alimentarão esse montante internacional de antiliberalismo, inserindo-se em um grande conjunto de experiências que marcaram o período entreguerras. A defesa do poder de intervenção do Estado e o avanço de sua governabilidade sobre a sociedade não devem, contudo, ser identificados como mero sinônimo de defesa de Estado autoritário (forte e concentrado no Executivo), como frequentemente ocorre. Esforços empreendidos no terreno do ideário liberal, existentes na década de 1930 (como os debates na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 ilustram), evidenciam as possibilidades de disjunção entre nacionalismo e intervencionismo do Estado, de um lado, e centralização e autoritarismo do regime político, de outro.<sup>5</sup>

#### Estado Novo, um Estado autoritário

Considerando-se as experiências internacionais de organização do Estado nos anos 1930-1940, não é surpreendente que os próprios contemporâneos do Estado Novo tenham-se dedicado a discutir qual seria a melhor designação para caracterizar o que experimentavam. Uma das contribuições mais relevantes, nesse sentido, é a do intelectual Azevedo Amaral. Em seu livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, publicado pela José Olympio Editora, em 1938,<sup>6</sup> ele queria saudar o novo regime e sua nova Constituição (outorgada em 1937), buscando explicitamente formular diretrizes para seu funcionamento. Contudo, pode-se afirmar que seu grande objetivo era

defender a positividade do que chama de Estado autoritário, que não podia, nem devia ser confundido com as experiências totalitárias (essa palavra é utilizada), vigentes no período.

Não é surpreendente que a utilização de tal categoria tenha chamado a atenção tanto dos que defendiam como dos que se opunham ao Estado Novo, na década de 1940 e, mais ainda, nas seguintes. Dessa forma, a partir dos anos 1950, com o retorno do país ao Estado de direito, tal nomeação foi vista por diversos historiadores e cientistas sociais como um expediente político do autor para afastar o Estado Novo de aproximações com outros regimes contemporâneos, como o italiano, por exemplo. Porém esse entendimento foi mudando progressivamente nas últimas décadas do século XX. Assim, a designação de Estado autoritário, usada pelo autor em 1938 – portanto, uma categoria nativa –, deixou de ser considerada um artifício ardiloso, passando a ser compreendida como um esforço de precisão e proposição conceitual de um novo modelo de Estado, no contexto dos anos 1930-1940. Tal esforço de forma alguma se restringia a Azevedo Amaral ou ao Brasil, mantendo conexões sólidas com projetos de organização de tipo corporativista, do Estado e da sociedade, que então se faziam internacionalmente.<sup>7</sup> Nesse contexto, o uso da categoria autoritarismo é discutido em paralelo aos próprios conteúdos e sentidos que deviam ser atribuídos ao que se designava como fascismo e totalitarismo. Esse debate tinha em vista uma melhor definição teórica desses termos, mas desejava que ela se fundasse em pesquisas históricas sobre os regimes políticos experimentados na Europa e na América Latina, no entreguerras. Mas tais pesquisas, vale lembrar, vão se desenvolver no momento em que uma onda de golpes de Estado destituía governos legitimamente constituídos, instaurando regimes de força de novo tipo. Dessa forma, voltar-se para a análise dos fascismos e dos autoritarismos dos anos 1930-1940 era uma possibilidade de pensar, em perspectiva histórica, o que se estava enfrentando no presente dos anos 1970-1980.

No caso do Brasil, cresceu o interesse pelo estudo do período do Estado Novo e as pesquisas realizadas apontaram, de maneira razoavelmente convergente, para o abandono de sua designação como uma experiência fascista/totalitária, assumindo a conceituação de Estado autoritário. Tal deslocamento se relacionou a um investimento no que se tornou conhecido

como pensamento social brasileiro, seus autores e textos, e mais especificamente, no que seriam as bases de um pensamento autoritário no Brasil. Alguns trabalhos vindos das ciências sociais, como os de Bolívar Lamounier<sup>8</sup> e Wanderley Guilherme dos Santos<sup>9</sup> contribuíram muito para precisar a trajetória e o sentido da categoria de Estado autoritário, na medida em que apontaram a existência de uma tradição intelectual no país, que excedia as influências da montante antiliberal do entreguerras. No mesmo sentido, investigações nacionais e internacionais que trabalhavam com o conceito de totalitarismo, visando a refiná-lo, indicavam a dificuldade em aplicá-lo às experiências latino-americanas e até mesmo a algumas experiências europeias, como o caso dos regimes de Portugal e Espanha. Enfim, a categoria totalitarismo e seus usos foram muito discutidos, buscando-se as especificidades do exemplo alemão, italiano e outros, entre os quais o destaque era a antiga União Soviética.

Com referência ao Estado Novo, várias pesquisas analisaram mais detidamente suas formulações doutrinárias e suas políticas públicas, retomando a questão da participação de atores coletivos e individuais, com destaque para a burocracia, os intelectuais, os políticos estaduais, os industriais, os banqueiros, os sindicalistas etc. Tais trabalhos, no geral, concluíram que não ocorrera, no caso brasileiro, um monopólio absoluto do Estado no plano jurídico-político, continuando a existir muitas tensões e oposições, inclusive no interior do núcleo dirigente, mesmo que fossem limitadas de múltiplas formas. Dessa maneira, se era possível identificar alguns traços que aproximavam o Estado Novo do que se entendia por totalitarismo, não era adequado designá-lo como um Estado fascista/totalitário. As constatações de que o Estado Novo não buscara e não conseguira um controle total, por exemplo, dos meios de comunicação de massa, e que recorrera, durante boa parte de sua existência, a uma estratégia política de desmobilização da sociedade, pesaram muito para o fortalecimento da opção pela categoria de Estado autoritário. Para o mesmo sentido, convergiram as pesquisas que analisaram a ampla produção intelectual do período – que utilizava a categoria de Estado autoritário –, buscando delimitar os significados que a preenchiam. Evidentemente, não se queria dizer com isso que, sob esse regime, a repressão física e simbólica foi pouco violenta ou que o controle e a intervenção do Estado sobre a sociedade foram pequenos. O que se

buscava ressaltar é que não se adotara, no Brasil, um modelo de organização institucional e uma mobilização de tipo totalitário, o que, aliás, foi estendido às realidades históricas de outras experiências que lhe foram contemporâneas, também designadas como autoritárias.

Aliado a esse debate está também o questionamento do uso de outra categoria que teria suas “origens” no Estado Novo: a de Estado populista. Devido à extensão dessa questão e da ampla utilização da designação de populista para Vargas e para a própria República de 1945 a 1964 – nascida da derrubada da experiência autoritária estado-novista –, torna-se interessante enfrentar teórica e historicamente uma discussão sobre tal categoria. A despeito de já existirem diversos trabalhos que abandonaram seu uso, ela continua muito utilizada e compartilhada, além de muito presente no vocabulário da imprensa e nos discursos de políticos, em especial quando querem atacar e desqualificar seus competidores. Por isso, pode ser interessante retomar os sentidos complexos dessa categoria, até para entender melhor as críticas que lhe são feitas.

#### O debate sobre o populismo: o povo e seu líder

Trabalhar com a categoria populismo bem como com todos os seus derivados é um permanente desafio para a reflexão de historiadores e cientistas sociais, nacional e internacionalmente. Ela é sistematicamente encontrada em verbetes de dicionários, em livros e em artigos dedicados ao estudo de experiências históricas bem distintas entre si. Ela também é reconhecida, em todos esses textos, como uma categoria que possui grande fluidez, amplitude e ambiguidade, o que lhe permite nomear inúmeros e diferenciados exemplos políticos, através do tempo e do espaço.

Essa possibilidade lhe daria grande força e poder de atração, mas igualmente, no outro lado da moeda, responderia por sua fraqueza conceitual e imprecisão histórica. Ou seja, tais características seriam dimensões constitutivas de sua trajetória como categoria, balizando seus usos e despertando, ao mesmo tempo, adesões e críticas. Por tal razão, seu compartilhamento no vocabulário político é muito grande, ultrapassando os meios acadêmicos e se integrando numa narrativa da política, aos poucos construída para

demarcar personagens, eventos e períodos. É com esse tipo de constatação que se tem considerado e defendido que o populismo não chegaria a se constituir em uma doutrina ou pensamento político, já que não contaria com elaboração teórica sistemática e consistente, podendo ser recriado e mobilizado, com facilidade, em circunstâncias históricas não apenas distintas, mas até muito contrastantes entre si.

Dessa forma, para alguns estudiosos, o populismo não seria uma doutrina, nem mesmo poderia ser tratado como elemento fundamental do pensamento político de um autor ou grupo de autores. De fato, seria difícil designar o populismo até mesmo como uma ideologia, na medida em que abrigaria uma grande variedade de ideias e projetos políticos. Isso daria ao “discurso populista” um profundo ecletismo e uma acentuada ambiguidade, tornando-o capaz de realizar apelos amplos e difusos e, não paradoxalmente, valiosos por sua abrangência sociopolítica. Assim, por diversas vias, registra-se uma espécie de concordância: as virtudes e os vícios da categoria estariam no mesmo lugar, o que iluminaria sua contínua apropriação e circulação, a despeito das críticas que recebe. Essa marca constitutiva explicaria, ao menos em parte, a potencialidade, a permanência e o trânsito da palavra/categoria entre acadêmicos, formadores de opinião e mesmo entre as chamadas pessoas comuns, que a manuseiam com desembaraço, apesar das dificuldades teóricas de remetê-la a uma dada experiência histórica precisa. Mesmo considerando que um conceito, como nos ensina Koselleck, é uma palavra que concentra uma multiplicidade de significados, sendo sempre polissêmico e abrindo horizontes de análise – ao que o populismo atende muito bem; um conceito, segundo o mesmo autor, precisaria atuar como um “limitador” das experiências históricas possíveis, remetendo a determinados conteúdos e, em termos teóricos, permitindo algumas interpretações e não quaisquer interpretações, o que já não ocorreria com o populismo.

Caberia então refletir um pouco mais sobre a operacionalidade dessa palavra. Ou, em outros termos, o que ela guardaria como constante capaz de identificá-la, permitindo tantas ressignificações, com tanta frequência e eficácia. A resposta mais óbvia, evidentemente, é sua referência a uma noção – a de povo –, por sinal, não menos fluida e complexa. Mas nesse aspecto é cabível dizer, embora com algum risco, que nessa noção há significados muito marcantes e persistentes, que, inclusive, respondem por

certos deslizamentos para aquela de populismo. O povo se constitui como entidade política, a partir de algumas referências fortes e não necessariamente excludentes. Ele é entendido como uma espécie de sujeito social um tanto abstrato, portador de valores essencialmente positivos, numa espécie de eco da concepção rousseauiana de povo soberano. Assim, o povo se torna a fonte de poder e legitimidade da autoridade política. Mas o povo é também desenhado, em versão mais descritiva, como uma coletividade de pessoas/indivíduos, diferenciada socialmente, mas com razoável homogeneidade política, que atua em conjunto, principalmente porque exige liderança e orientação. Em função desses vários sentidos atribuídos à noção de povo, ela pode se aproximar de outras noções, como a de massa, o que lhe imprime novos significados. Isso porque, além de numerosa e poderosa, a massa pode ser primitiva e ameaçadora, tornando-se um ator relevante, mas preocupante em termos políticos. É essa noção de povo/massa que passa a transitar no vocabulário político do Ocidente, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial. Nessa acepção, o povo pode ser pensado em chave simbólica, sendo representado/encarnado por uma pessoa especial da coletividade, a quem se atribui e reconhece a capacidade de traduzir os valores positivos mais profundos do grupo maior.

Em qualquer das alternativas (como se disse, não excludentes) são construídas pontes entre essa pessoa especial/extraordinária e o povo, que ela encarna/representa na qualidade de líder “populista”. O poder desse líder – que é o poder do discurso populista e da noção de povo/massa – está na efetivação do vínculo básico e metonímico entre a parte e o todo, entre o visível e o invisível, remetendo a permanências e transformações em um mundo social, em parte conhecido e em parte desconhecido, mas muito desejado. Do ponto de vista de sua figuração histórica, o líder populista pode representar, preferencialmente, homens do campo (como o camponês russo do século XIX ou o pequeno fazendeiro norte-americano do início do século XX); trabalhadores urbanos, geralmente recém-chegados do campo e, por isso, portadores de valores e comportamentos tradicionais/rurais (como em exemplos latino-americanos no século XX); e até soldados e ex-combatentes (como no fascismo italiano).

Em todos esses casos, o povo, encarnado e representado pelo líder, é uma espécie de tipo ideal ou arquétipo. Isso porque pertencer ou não à

entidade povo – ao mesmo tempo interpelada e constituída pelo discurso populista – não é uma questão de origem social, inserção profissional etc. O povo, por suas qualidades profundas e originais, é construído como uma totalidade que tem homogeneidade, não comportando – o que também é uma constante do discurso populista – conflitos internos radicais, sejam de classe ou de quaisquer outros tipos de interesses e/ou crenças políticas, religiosas, étnicas etc. Dessa forma, quando se pensa em movimentos e/ou manifestações populistas, eles não comportam, pela própria lógica que preenche o vínculo entre povo/líder, a ideia de uma forma de expressão classista ou interclassista.

Como o povo é esse conjunto que pode ser pensado sob forma de valores sociais homogêneos, sua virtude e seu poder soberanos exigem um contato direto com seu líder/representante. Por isso, a fonte da autoridade desse líder/representante é, embora não de forma exclusiva, o carisma. Dessa maneira, se uma constante para se entender a força da noção de populismo é seu vínculo com uma concepção de povo, outra constante, advinda do laço entre o povo e seu representante, é a construção de uma elite de intérpretes diretos e carismáticos da vontade, do espírito, da alma ou das raízes desse mesmo povo. Essas lideranças, que efetivamente têm assumido faces muito variadas através do tempo e do espaço, possuem em comum o fato de serem portadoras de qualidades excepcionais, identificadas com e reconhecidas por “seu” povo.

#### Nacionalismo, autoritarismo e seus vínculos com o populismo

Pode-se dizer que, a partir dos anos 1990, dentro e fora do Brasil, as interpretações e classificações de lideranças, regimes e mesmo períodos da história de um país como populistas vêm sofrendo muitas críticas. Uma tendência que remete à observação que inicia este capítulo. Ou seja, às transformações teórico-metodológicas ocorridas nas formas de se compreenderem as relações entre dominantes e dominados e, em sentido amplo, às próprias relações sociais. Nessa abordagem, não há sujeitos históricos passivos; não há dominação que possa impedir que discursos e projetos sejam apropriados e ressignificados, ainda que os participantes de uma

relação política possuam poder muito diferenciado. Sujeitos históricos, em suas relações de trabalho, em seus contatos culturais, em sua vida política, estão sempre reelaborando e encontrando “brechas” para agir, segundo suas experiências.

Levando em conta esse entendimento, uma das possibilidades para se trabalhar com o fenômeno político chamado populismo é pensá-lo como uma mitologia política.<sup>10</sup> Isto é, como um complexo e duradouro sistema de crenças, que é, por definição, um misto de ficção e realidade e que não está sujeito a uma lógica racional e/ou instrumental. Esta seria uma construção que remeteria a grandes investimentos simbólicos em figuras consideradas excepcionais, guardando conexões com a moderna propaganda política do século XX, mas também com discursos de cunho religioso ou filosófico, sobretudo quando acentuam uma espécie de dimensão teológica, missionária e sagrada do líder. Daí o vínculo direto e até carnal que tal líder pode manter com “seu” povo e com a nação, o que se torna fator de legitimidade e mobilização. Por isso, o populismo se constitui, de maneira muito ampla, fluida e não datada, em um poderoso discurso político, que se presta a contextos históricos diversos, mas, geralmente, fundados em forte tom nacionalista e autoritário, até porque sempre caberia ao povo seguir o líder que o representa.

Por conseguinte, discursos, regimes e lideranças chamados de populistas podem defender projetos extremamente diversificados. Dessa forma, encontramos exemplos de projetos altamente militarizados ou não; entrelaçados a grupos e instituições religiosas ou não; contendo propostas com alto grau de modernização, defendendo projetos tradicionalistas ou combinando elementos dos dois polos, apenas aparentemente opostos. Ou seja, é bastante comum, na literatura que trata dos chamados regimes populistas, a identificação de exemplos que conciliam, com ênfases variadas, progresso e restauração; revolução e tradição etc. Enfim, que elaboram uma lógica complexa e até contraditória, mas perfeitamente crível.<sup>11</sup> Do mesmo modo, tais regimes conseguem explicitar concepções de sociedade altamente hierarquizadas, mas em nada marcadas pelo elogio à desigualdade social. Muito ao contrário, já que promovem políticas de inclusão social, situadas como pioneiras e chamadas de democráticas, justamente por criticar e rejeitar os

valores “superados e equivocados” da liberal-democracia, com destaque o fictício valor da igualdade política.<sup>12</sup>

Porém, esse mesmo tipo de liderança, geralmente atuando em governos fortes e centralizados no Executivo, também pode conviver com regimes e práticas liberal-democráticas, utilizando seus procedimentos numa alternância para reforçá-los ou enfraquecê-los, às vezes em movimentos simultâneos e opostos. Tal matriz de teor teológico-político se expressa em uma concepção de povo/massa e de líder providencial, unidos direta e simbioticamente, e acaba por dar ensejo à construção de tipologias de populismo as mais diversas e surpreendentes. Dessa maneira, é possível encontrar, sob a mesma rubrica, movimentos, líderes e regimes de tipo: fascista; militarista (o nasserismo egípcio); com forte presença religiosa (o franquismo); bem como os chamados populismos revolucionários (como o castrismo cubano); e os populismos pluralistas (como o ghandismo indiano). Isso, para além dos sempre lembrados populismos russo e norte-americano, chegando aos populismos da América Latina do século XX, que abarcariam tanto uma forma clássica, isto é, autoritária, nacionalista e antiliberal (o getulismo e o peronismo são os exemplos mais lembrados),<sup>13</sup> como uma fórmula neoliberal que, já na virada do século XX para o XXI, comportaria uma reedição da tradição, com exemplos em vários países, como a Venezuela, a Bolívia, o Equador e o Brasil.

No caso da América Latina, a noção de populismo tem sido utilizada para designar movimentos, regimes e lideranças ao longo dos séculos XX e XXI, já que eles conseguem amplo apoio popular, especialmente tendo como base de sustentação, eleitoral ou não (também se fala em base de manobra), os trabalhadores urbanos. Esse é o destinatário preferencial a preencher a ideia de povo, não se excluindo, contudo, os homens do campo, até porque entre esse par ocorre, com frequência, um deslizamento entre passado e presente ou entre atraso/rural e moderno/urbano. Na América Latina, portanto, as lideranças populistas buscariam se aproximar do movimento operário e sindical, com apelos nacionalistas e modernizadores que incluiriam o acesso a direitos (sociais, em especial), e que poderiam conter influências ideológicas, quer de uma direita autoritária, com a presença de militares e clérigos em doses variadas; quer de uma esquerda ou de setores considerados progressistas e/ou socialistas, também com militares ou não.

Assim, fenômenos políticos muito diferentes – como a Revolução Mexicana de 1910; os governos de Yrigoyen e Perón na Argentina e os de Vargas e Jânio Quadros no Brasil – foram tratados como exemplos de populismo latino-americano. Nesses casos, de forma geral, se estaria vivendo uma experiência de transição de sociedades tradicionais para moderno-industriais, nas quais as “massas” operárias, ainda pouco numerosas e organizadas, além de pouco instruídas e sem acesso à informação, devido à sua origem rural, seriam terreno fértil para a interpelação/mobilização de lideranças populistas.<sup>14</sup>

Tais lideranças articulariam um discurso “de cima para baixo” e do exterior da “classe trabalhadora” que seria, ao menos em princípio, antagônico aos seus “verdadeiros interesses”, muito embora seja feito em seu nome. O componente mobilizador do apelo populista, no caso da América Latina e do Brasil em especial, é demarcado por fórmulas fluidas e difusas, que se misturariam e se confundiriam com práticas seculares de teor familista e clientelista, cuja proximidade de sentidos junto ao povo produziria o efeito de obscurecer a “manobra/manipulação” política de que estaria sendo alvo. Dessa forma, vê-se que o chamado modelo populista de relações de dominação entende que o povo – no caso os trabalhadores urbanos, inclusive por suas origens rurais – é destituído de sua autonomia e consciência políticas, quando submetido às modernas estratégias de propaganda próprias aos líderes carismáticos dessas sociedades urbano-industriais de massa.

Ficam assim muito claros os vínculos entre uma teoria da modernização, muito em voga nos anos 1950-1960, que prescrevia etapas na transição de uma sociedade atrasada/rural para outra moderno/industrial, e a configuração do modelo populista de relações de dominação. Essa espécie de fenômeno político-cultural de dominação incluiria também uma específica seleção de variáveis histórico-sociológicas, bem como certo perfil de atores: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente geralmente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo transcende fronteiras de classe, entre outras. Por conseguinte, o modelo populista acaba por remeter à ideia de manipulação de massa, bem como a uma concepção instrumental de relações entre Estado/líder e classe trabalhadora/povo.

É muito comum que, nessa proposta de relações sociopolíticas, um dos termos seja concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo,

não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado, por não ser instruído, por ter origens rurais etc. As massas ou os setores populares não são postulados como atores/sujeitos de uma relação política, mas como meros destinatários das formulações populistas, razão pela qual ou são manipulados (caso dos trabalhadores) ou são cooptados (caso de suas lideranças).

A categoria manipulação torna-se, assim, central nesse modelo interpretativo, valendo notar que ela não é tratada de forma simplista e meramente unidirecional (de cima para baixo), o que efetivamente tornaria o apelo do discurso populista mais frágil, e a adesão das massas, mais “irracional”.<sup>15</sup> Em diversas formulações e de maneira sofisticada, a manipulação populista ganha uma grande ambiguidade, sendo tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas/povo, como uma forma de atendimento de suas demandas, embora isso sempre ocorra de maneira ilusória e enganosa. Ou seja, o que se enfatiza é uma dimensão de mascaramento do discurso populista, justamente porque seu interlocutor é postulado como fraco politicamente e, diferentemente do que acontecera na Europa, não dispunha de tradições de luta etc. Mesmo assim, o discurso populista é, em parte, entendido como uma forma de acesso à participação política, devendo ser avaliado dessa maneira, a despeito dos prejuízos que traz às formas de organização autônomas e aos “verdadeiros” interesses dos setores populares a que se destina.

Esse talvez seja o ponto que melhor traduz a dificuldade, teórica e empírica, da utilização do modelo populista de dominação. Isso porque ele enfatiza, mesmo na versão que considera que há atendimento/inclusão social do povo/dos trabalhadores, uma ideia de manipulação política (como engano, equívoco e desvio). Por essa razão, tudo o que vem qualificado com o adjetivo populista acabaria por remeter a uma forte dimensão de controle do Estado sobre as massas/povo, negando-se ou minimizando-se um papel ativo para esse povo (trabalhadores, eleitores). Vale dizer, nessa interpretação não se valora a existência de um diálogo entre atores que, mesmo com recursos de poder muito diferenciados, seriam capazes de se apropriar e, assim, de reter as propostas políticas populistas, segundo seus interesses.

Considerar a existência desse diálogo abriria a possibilidade de se questionar uma dicotomia muito vigente nas formulações sobre o populismo:

a de autonomia *versus* heteronomia da classe trabalhadora ou de outro ator coletivo qualquer. Por meio dela, é explicada a ausência de lideranças “verdadeiras” entre os trabalhadores e sua “falta de consciência” ou a “consciência possível” a que têm acesso. Isto é, uma concepção de sujeito social que, por estar subordinado/dominado, perde sua capacidade de ação/reflexão. Esse aspecto torna-se particularmente importante quando vinculado à explicação do sucesso das lideranças populistas, em geral não oriundas da classe/grupo social a que se dirigem e, por isso mesmo, tendo o poder de colocar sob suspeita todos os que com elas se relacionam. Essa é a razão pela qual indivíduos ou grupos integrantes de setores operários que dialogam com tais lideranças costumam ser considerados ingênuos, inexperientes ou traidores da classe. Ser cooptado, nessa perspectiva, exclui uma relação de troca, esvaziando-se o sujeito alvo da ação de cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), o que o transforma em objeto, por definição incapaz de ter voz e estratégias de negociação.<sup>16</sup>

### O populismo no debate acadêmico

Como se vê, com essa plasticidade, amplitude e ambiguidade constitutivas, a categoria populismo se enraíza em um imaginário político internacional. O caso do Brasil e de outros países latino-americanos está longe de ser uma exceção. Provavelmente, também pela mesma razão, o debate sobre o populismo<sup>17</sup> tenha se enriquecido tanto com posições e argumentos que sustentam a utilidade de seu uso como com os que questionam seu poder explicativo. Esse é um debate complexo, que tem contribuído para o maior esclarecimento sobre as escolhas teóricas de autores e também sobre as alternativas de modelos de interpretação, envolvendo as relações entre Estado e sociedade civil; entre representantes e representados; e entre formas de representação e participação políticas, por exemplo. De maneira geral, nem os que buscam afirmar o valor da categoria por meio da realização de ajustes capazes de manter suas possibilidades analíticas, nem os que buscam se afastar de seu uso por considerá-la excessivamente ambígua e comprometida com valores acusatórios costumam trabalhar com esquemas simplistas.

No caso dos argumentos que sustentam o poder explicativo da categoria, destaca-se exatamente sua capacidade de abraçar experiências diversas no tempo e no espaço, em particular na América Latina, apontando para alianças entre líderes carismáticos e trabalhadores (urbanos e/ou rurais), sem necessariamente entender que tais trabalhadores são sujeitos passivos e subordinados/manipulados politicamente. Assim, a proposta de um “sistema político populista”, envolvendo práticas e discursos políticos, além de uma legislação (social e trabalhista, com destaque), é defendida como de grande valia para se compreenderem fenômenos distintos, o que não deveria anular uma diferenciação entre experiências históricas através do tempo e do espaço latino-americano. Nessa vertente, o que se está destacando é a capacidade, própria da categoria, de reunir e abarcar, nomeando um amplo campo político-social, embora se reconheça que ela é marcada por grande ambiguidade.<sup>18</sup>

A argumentação que prefere se afastar do uso desse conceito questiona exatamente seu excessivo poder de abarcar a diversidade histórica por meio de um mesmo tipo de explicação. Tal característica, por reunir exemplos singulares sob a mesma categorização, ajudaria muito pouco a compreensão de experiências datadas e localizadas, o que deveria ser o objetivo precípuo do historiador. Ou seja, trata-se de uma abordagem teórica que está abrindo mão de noções que, por sua grande abrangência e ambiguidade, são percebidas como destituídas de poder para se compreender uma realidade social específica. Portanto, nesses casos, não se propõe substituir a noção de populismo por qualquer outra que tenha o mesmo perfil. Isto é, não se deseja cunhar outra categoria com a mesma amplitude e o mesmo apelo político-ideológico, uma vez que é exatamente esse o ponto incômodo, considerado pouco operativo para a análise histórica, que se debruça sobre um fenômeno político específico no tempo e no espaço. Peronismo, castrismo, nasserismo, getulismo, trabalhismo etc. não são e não devem ser entendidos como substitutivos – nem como substitutivos funcionais – de populismo. Tais categorias estariam sendo propostas justamente para se compreender uma realidade histórica específica e de duração limitada. Obviamente, esse entendimento e essa escolha teóricos nada têm a ver com o reconhecimento de que, como palavra, o populismo é e continuará sendo muito utilizado, circulando e até se reforçando no vocabulário da mídia e da política, no Brasil e no mundo.<sup>19</sup>

No caso do Brasil, existe um conjunto de autores e textos que podem ser usados para sistematizar essa última posição, na medida em que se afastam da noção de populismo para compreender as relações políticas construídas entre Vargas e os trabalhadores no Brasil dos anos 1930-1940, tendo como momento estratégico o Estado Novo.<sup>20</sup> Dessa forma, houve investimentos em formular uma proposta, em boa parte traduzida pela noção de pacto trabalhista, que permitiria compreender de maneira mais fina as relações tecidas entre Estado e classe trabalhadora, naquele período de tempo. Um período diagnosticado por boa parte da literatura como o das “origens” do populismo no Brasil, mas no qual ainda não era possível identificar o trânsito dessa palavra no vocabulário político. Isso só começaria a acontecer nos anos 1950, ganhando força na década de 1960 – portanto, não casualmente, durante o regime civil-militar, quando essa palavra designava e acusava a experiência liberal-democrática iniciada em 1946, assim como muitos de seus políticos, em especial, o presidente da República, João Goulart, e seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A ideia de um pacto político expresso pelo discurso trabalhista, formulado e enunciado durante o Estado Novo – autoritário e intervencionista em assuntos econômicos e sociais –, traz diversas vantagens. Entre elas a de recusar a concepção de uma classe trabalhadora essencialmente boa, mas passiva e sem uma “verdadeira consciência”, sendo por isso facilmente manipulada com promessas de falsos benefícios, por políticos populistas. O sentido básico que molda a noção de populismo – o vínculo entre um sujeito social identificado como povo e um indivíduo excepcional, que se comunica direta e unilateralmente com ele – é assim afastado. A noção de pacto trabalhista também envolve a implementação de políticas públicas diferenciadas, que são enunciadas por um discurso do Estado, por meio de sua burocracia, mas que são igualmente apropriadas pelos trabalhadores, de forma ativa.

Enfim, o que se quer destacar com tal abordagem teórica é a existência de uma relação dinâmica entre Estado e povo/classe trabalhadora, com conflitos e negociações, havendo entre eles uma circulação de ideias e de práticas políticas, permanentemente reinventadas através do tempo. Por isso mesmo, a construção desse pacto político não foi uma operação banal, mas plena de significados. Ao mesmo tempo, se reconheceu esse ator cole-

tivo – os trabalhadores do Brasil –, desenvolvendo mecanismos que tanto buscavam uma interlocução política, como estimulavam sua mobilização, particularmente por meio da legislação trabalhista e previdenciária, apresentada como uma “dádiva”, como uma “ação antecipatória”. O Estado, encarnado na figura de seu chefe, era capaz de prever as necessidades e desejos do “povo brasileiro”, obscurecendo, dessa forma, um passado de décadas de organização, lutas e demandas, em associações, nas ruas e também no Parlamento. O discurso trabalhista, materializado na proposta de cidadania como exercício dos direitos do trabalho, pode assim ser interpretado como um projeto de conceituação da política brasileira “fora” dos marcos da teoria liberal, desacreditada internacionalmente nos anos do entreguerras. Nessa proposta de pacto político entre representantes (o Executivo/o presidente da República) e representados (o povo/os trabalhadores), o que se valora é a ideia de cidadania centrada nos direitos sociais e não nos direitos políticos e civis.

Por isso, tais direitos sociais eram garantidos pelo Estado como uma forma de doação, que tinha uma dupla face: ao mesmo tempo obrigatória e generosa. Explorando o poder existente no ato de doar, entendido como retórica política e não mero indicador de manipulação, essa interpretação qualifica o pacto trabalhista como uma forma de “comunicação política” fundada na apresentação do “direito social como dádiva” capaz de produzir adesão e legitimidade. Ou seja, uma ideia aparentemente paradoxal – a de direito como favor –, que envolve um circuito de “dar, receber e retribuir” e que se faz por meio de uma lógica político-cultural abrangente, incompreensível dentro de cálculos políticos instrumentais. Por isso, assumindo-se a ótica dos trabalhadores, só analiticamente é possível separar a dimensão material dessas políticas (como a dos benefícios advindos da legislação social) de uma dimensão simbólica (os ganhos subjetivos de reconhecimento pelo patronato e pelo Estado).

Essa abordagem, centrada na “comunicação política” entre Estado e trabalhadores, seria incompatível com a noção de populismo, centrada na ideia da existência de lideranças orientadas basicamente pelo desejo de manipular o povo, que se deixa facilmente enganar. Dessa maneira, o pacto político expresso pelo discurso trabalhista, pela organização sindical corporativista e pela formação do PTB passa a ter uma história, que se

transforma através do tempo. Se o trabalhismo foi inventado em determinado momento, tendo atores privilegiados e revelando investimento político cuidadoso e sistemático, ele se desdobrou para além do Estado Novo, afirmando-se e transformando-se no período da República de 1946 a 1964. Nesse sentido, distingue-se e afasta-se da noção de populismo, renunciando à sua abrangência e imprecisão o que, como se viu, é também responsável por seu grande poder de explicação e duração.

### O Estado Novo e a transição do autoritarismo

Com o fortalecimento dessa abordagem teórica, tornou-se imprescindível investir em interpretações mais detalhadas sobre a dinâmica interna da política estado-novista, retomando-se a questão do tipo de orientação do regime, que combinava desmobilização e mobilização política da população. Uma possibilidade, como já mencionado, foi pensar o Estado Novo por meio de uma divisão em dois tempos. Num primeiro tempo, que iria de 1938 até 1942, teria prevalecido um autoritarismo desmobilizador, fundado basicamente no uso da coerção, via censura e repressão. Mas, a partir daí, poder-se-ia dizer que o Estado Novo experimentou um segundo tempo. Nele, sobretudo em função das transformações políticas ocorridas com o decurso da Segunda Guerra Mundial, as preocupações das elites dirigentes tiveram que se voltar para a construção de diretrizes mais mobilizadoras, tendo em vista o possível término do Estado Novo.

Para tanto, era fundamental a articulação de cuidadosos esforços ideológicos e organizacionais, visando à construção de um pacto político entre Estado e sociedade, fundado nas “grandes realizações” do regime e nas “qualidades excepcionais” de sua maior liderança: Getúlio Vargas. Foi para ressaltar a lógica e a importância desse pacto, bem como seus desdobramentos para além do término do Estado Novo, que se insistiu na compreensão desses dois tempos, entendidos sob os signos, primeiro, de uma repressão mais aberta e, em seguida, de estratégias combinadas de mobilização e controle social. Assim, durante os anos que vão de 1937 a 1941 o Estado Novo se configura com um perfil e, a partir de 1942, pode-se dizer que começa um “novo” Estado Novo. Entender a dinâmica dessa

transformação ou transição do autoritarismo é capital, pois suas ambiguidades e heranças marcam não só o próprio Estado Novo do pós-1942, como toda a vida política brasileira do pós-1945.

O contexto dessa verdadeira estratégia política é o panorama internacional, ou seja, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Desde fins de 1941, as pressões norte-americanas junto ao governo brasileiro tinham crescido muito, tornando impossível a manutenção de uma política equidistante em relação aos principais envolvidos no conflito. As demandas pelo alinhamento com os Estados Unidos partiam tanto de estudantes como de importantes lideranças políticas no interior do próprio governo, a exemplo do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. O clima geral do país e do Distrito Federal indicava um retorno às práticas de militância política e uma grande sensibilidade da população em relação ao esforço de guerra. Os militares não lhe eram hostis, já que o objetivo mais imediato da mobilização era o envolvimento do Brasil no conflito, com as decorrentes preocupações em relação à modernização das Forças Armadas e o papel de grande potência que o Brasil poderia almejar no pós-guerra. Por outro lado, a canalização das atividades econômicas para o esforço de guerra era de inteiro agrado do empresariado, interessado no aumento da produtividade econômica e da paz social, necessárias a um empreendimento que se traduzia na convocação de um exército de “soldados da produção”.

Diante das alterações do quadro político, estavam definitivamente seladas as perspectivas de manutenção de um projeto autoritário como o implantado pelo golpe de 1937, o que estava longe de significar um automático afastamento dessa mesma elite das posições de liderança até então ocupadas no aparato estatal. O que entrava em pauta era a preparação para um processo de transição à liberal-democracia, que não devia suscitar impactos violentos. É nesse contexto que se passa a articular procedimentos de mobilização e controle social, a um só tempo, o que se traduziu, de forma mais bem-acabada, na invenção de um discurso trabalhista direcionado à construção de um pacto político entre Estado e povo/classe trabalhadora no Brasil, que marcaria a cultura política brasileira do pós-1945.

Esse pacto tinha, basicamente, duas dimensões: uma simbólica e outra organizacional. A dimensão simbólica dava significado ao próprio pacto e se materializava na construção de um discurso, que se propagava a partir

do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e se voltava para a classe trabalhadora, entendida como uma síntese de todo o povo brasileiro. O núcleo desse discurso, que *pari passu* desenhava a figura do “grande presidente Vargas” como interlocutor do povo brasileiro, é a divulgação da legislação que regulamentava o mercado de trabalho no Brasil e que vinha sendo elaborada e implementada desde os primeiros anos da década de 1930. Tal legislação – trabalhista, previdenciária e de organização sindical – era situada, ao lado de outras iniciativas governamentais, em especial na área econômica (como a criação de diversos Institutos – do Café, do Açúcar e do Alcool, do Mate –, da Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores etc.) e cultural (reformas educacionais, criação de instituições culturais, entre outros), como provas de uma nova orientação política, baseada no nacionalismo econômico e na justiça social.

Já a dimensão organizacional se traduzia pela criação de todo um instrumental institucional em que uma das faces era o modelo de sindicalismo corporativo, e a outra, seu acoplamento a um sistema político-partidário. No que diz respeito à adoção do corporativismo como modelo de organização de interesses, é bom recordar que, nesse contexto histórico, ele não só era entendido, internacionalmente, como uma alternativa à liberal-democracia e ao totalitarismo (fascista ou comunista), quanto como um verdadeiro oposto de ambos. A base desse modelo era a ampliação da participação do povo, organizado em associações profissionais de interesses que respondiam ao problema da incorporação de novos atores políticos à esfera pública. Por essa razão, tais associações precisavam ser estimuladas e reconhecidas legalmente pelo Estado, para então exercerem funções efetivas de canalização e vocalização dos interesses de um determinado grupo social.

Embora a construção desse pacto político, que demarca um novo momento do Estado Novo, comporte uma lógica de interesses materiais, é preciso não esgotá-la em explicações instrumentais, ancoradas na relação entre um Estado maquiavélico e todo-poderoso e uma classe trabalhadora desprovida de consciência e impulsão próprias, conforme discutido neste capítulo. Tal explicação ignora e subestima a dimensão simbólica da negociação política presente no pacto, por meio da qual se expressa o reconhecimento pelo Estado da identidade social e política dos trabalhadores/povo brasileiro. E é por meio desse reconhecimento que se abre o espaço

da política à participação do trabalhador no espaço público, ainda durante o Estado Novo, mas, sobretudo, no pós-1945, quando a dinâmica de um regime liberal-democrático permitirá outras apropriações do trabalhismo e também do corporativismo sindical, quer por lideranças político-partidárias, quer por lideranças entre os trabalhadores.

Por tudo isso, a herança que o Estado Novo deixou é muito complexa por suas ambiguidades. Sem dúvida, esse foi um período de modernização da economia e da administração do Estado, com a implantação de novos órgãos e leis, além de procedimentos impessoais de acesso ao serviço público. Ele também deixou saldos favoráveis em termos de crescimento econômico, especialmente no setor industrial, que se fortaleceu ao lado do setor de serviços, desenvolvendo-se ainda mais nas décadas seguintes. Porém, tudo isso foi realizado com imensas restrições à cidadania civil e com a eliminação da cidadania política, devido à suspensão das práticas eleitorais e das garantias jurídicas fundamentais à segurança individual. Portanto, do ponto de vista democrático, a classe trabalhadora e o povo brasileiro perderam muito durante o Estado Novo, embora o país tenha se industrializado, modernizado e fortalecido internacionalmente. Dessa perspectiva, o período deixou-nos como legado um discurso antiliberal e antidemocrático, tão tentador como perigoso. O de que, no Brasil, só um Estado autoritário pode ser eficaz na promoção do desenvolvimento socioeconômico, sendo os procedimentos democráticos tão onerosos como inúteis, particularmente pela inépcia e corrupção dos “políticos profissionais”. Esses seriam uma espécie de entidade distinta da tecnoburocracia, uma nova burocracia isenta desses males em função de seus conhecimentos especializados. Talvez este possa ser um bom ponto de finalização, pois na experiência vivida pelo país durante o regime civil-militar que se instaurou em 1964, o aprendizado foi claramente diverso. Estados autoritários podem ser extremamente ineficazes na promoção do desenvolvimento de um país, uma vez que costumam promover a concentração de renda e o aumento das desigualdades de todos os tipos. O autoritarismo, diminuindo a transparência de governos e impedindo a manifestação política da população, aumenta a inépcia e a corrupção política e burocrática, que cresce e se enraíza no aparato do Estado, sem controles e sem limites. Além de tudo isso e pelo mesmo motivo, regimes autoritários são incomensuravelmente mais violentos, privando os cidadãos de direitos que vão do

*habeas corpus* à prisão e morte sob tutela do Estado. Assim, é sempre bom não esquecer as experiências autoritárias vividas pelo país, razão pela qual o Estado Novo será sempre um período muito estudado, com interpretações sistematicamente vistas e revistas.

## Notas

1. Este capítulo foi escrito tendo como referências uma série de artigos, capítulos e livros por mim produzidos desde os anos 1970-1980-1990. Entre eles, destaque o livro *A invenção do trabalhismo*, minha tese de doutorado, publicada em primeira edição em 1989, e o capítulo “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo”, em Rollemberg e Quadrato (2010), elaborado em 2007, quando o Estado Novo fazia 70 anos. Porém, a base deste capítulo é meu artigo, aqui revisto e ampliado, “Estado Novo: o debate sobre o populismo no Brasil”. *Sinais Sociais*, v. 25, SESC, maio-agosto 214, pp. 9-38.
2. A primeira grande contribuição historiográfica que tomou a revolução de 1930 como objeto, influenciando decisivamente em sua compreensão, foi o livro de Fausto, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*, São Paulo: Brasiliense, 1970. Uma análise sobre esse livro foi feita por Gomes, Angela de Castro. “História e historiografia de *A Revolução de 1930*”, em Gomes, Angela de Castro (org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*, Belo Horizonte: Ed. UFMG/ São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2008, pp. 13-48. Nos anos 1980 e 1990 outros autores retomam e enriquecem a análise de Fausto, não cabendo aqui discutir tal literatura. Assinalo, apenas como exemplo, um livro que organizei: *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1980.
3. Desejo deixar claro que tais observações foram esposadas por mim desde o fim dos anos 1970, mas não são exclusividades minhas. Um conjunto importante de autores aprofundou esse mesmo tipo de análise.
4. Essa é uma das teses centrais do livro *A invenção do trabalhismo*, cuja primeira edição é de 1988.
5. Sobre a Constituinte de 1933-1934, ver Gomes, Angela de Castro: “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”, em Fausto, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, Sociedade e Política (1930-1964), v. 3, Coleção HGCB, São Paulo: Ed. Difel, 1981, pp. 9-75.

6. O livro tem uma segunda edição da Universidade de Brasília, em 1981, publicada na Coleção Pensamento Político Republicano. É esse o texto geralmente usado pelos estudiosos, enriquecido pelo prefácio de Bolívar Lamounier.
7. Gomes (2012).
8. Lamounier (1977).
9. Santos (1979).
10. Gomes (2002). A referência é Girardet (1987).
11. Praticamente toda a variada literatura que trabalha com a chamada Era Vargas faz esse tipo de combinatória, especialmente ao tratar das ambiguidades do Estado Novo. Ver, para tanto, a análise de Maria Helena Capelato em capítulo neste volume e os numerosos capítulos do livro de Pandolfi (1999).
12. Ver “O redescobrimto do Brasil” capítulo do livro de Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: 2005 (primeira edição de 1989).
13. Capelato (1998) não abraça a terminologia populismo e populista, sendo um excelente exemplo da dinâmica do varguismo e do peronismo em suas faces de comunicação política com amplas camadas populares.
14. Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Vale lembrar que esse tipo de explicação é muito presente em trabalhos que analisaram o movimento sindical produzidos nos anos 1950-1960-1970.
15. *Idem*.
16. Um livro que trabalha de forma sofisticada com a categoria de cooptação e com a de negociação é de autoria de Almeida (1996).
17. Ver Ferreira (2001).
18. O conceito é retomado e discutido, por exemplo, nas conclusões de Fortes (2004).
19. No momento em que concluo este capítulo, leio em *O Globo* de 16 de março de 2017, na página 26, a seguinte manchete sobre as eleições na Holanda: “Freio no populismo: extrema direita tem menos votos que o esperado, e premier mantém a liderança”. Nesse mesmo dia, em entrevista ao canal Globo News, Mark Rutte, vitorioso no pleito, qualifica a derrota do Partido para a Liberdade (PVV) como uma derrota de um populismo equivocado/errado.
20. Ver na bibliografia os livros de Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Maria Helena Capelato, entre outros.

## Bibliografia

- Almeida, Maria Hermínia Tavares. 1996. *Crise econômica e interesses organizados; o sindicalismo brasileiro dos anos 80*. São Paulo: Edusp.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gian Franco. 1995. *Dicionário de política*, 2 v. Brasília: UnB.
- Camargo, Aspásia *et al.* 1989. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Capelato, Maria Helena. 1998. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus.
- Di Tella, Torcuato *et alii.* 1990. *Diccionario de ciencias sociales y políticas*, Buenos Aires: PuntoSur.
- Fausto, Boris. 1970. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2001. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferreira, Jorge (org.). 2001. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj (primeira edição de 1997).
- Fortes, Alexandre. 2004. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_. *et alii.* 1999. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp.
- French, John. 2001. *Afogados em leis: a CLT e a cultura dos trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- Gertz, René. 1991. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- Girardet, R. 1987. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gomes, Angela de Castro. 1980. *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2001. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 2002. "Reflexões em torno de populismo e trabalhismo", *Várias Histórias*. Belo Horizonte, n. 28.
- \_\_\_\_\_. 2005. *A invenção do trabalhismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV (primeira edição de 1989).

- \_\_\_\_\_. 2005. "História, historiografia e cultura política no Brasil; algumas reflexões". In Soihet, R.; Bicalho, F.; Gouvêa, F. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad.
- \_\_\_\_\_. 2008. "História e historiografia de *A revolução de 1930*". In Gomes, Angela de Castro (org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/São Paulo, Ed. Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. 2010. "Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo". In Rollemberg, Denise; Quadrat, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 2012. "A apropriação de *O século do corporativismo*, de Michael Manoiesco, no Brasil de Vargas (1930/40)", *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2013. *Olhando para dentro: 1930-1964* (Coleção Brasil Nação, v. IV). Rio de Janeiro: Objetiva.
- \_\_\_\_\_. 2014. "Estado Novo: o debate sobre o populismo no Brasil", *Sinais Sociais*, v. 25, SESC, maio-agosto.
- Koselleck, R. 2006. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.
- Lamounier, Bolívar. 1977. "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação". In Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. III, v. 2.
- Oliveira, Lúcia L.; Velloso, Mônica P.; Gomes, Angela de Castro. 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pandolfi, Dulce (org.). 1999. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Santos, Wanderley Guilherme. 1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.
- \_\_\_\_\_. 1979. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.